

| | |
|--|----------------------------|
| MEMÓRIA DE REUNIÃO MR-CB-ST-02-2017 | Data: 06/09/2017 |
| Reunião do Subcomitê de Tributação / Combustível Brasil | |
| Local: EPE (Av. Rio Branco, 1 - Sala 11.5 – Rio de Janeiro/RJ); MME (Brasília – sala 828) | |
| Horário: 14h30 às 17h | |
| Elaborada por: Gabriel Jorge, Guilherme Antoniasse e Marcelo Cavalcanti | |

Participantes

Marcelo Cavalcanti (EPE), Gabriel Jorge (EPE), Guilherme Antoniasse (EPE), Leandro Alves (ANP), Krongnon Regueira (ANP), Thiago Campos (ANP), Deivson Timbó (MME), Karla Branquinho (MME), Luiz Theodoro (MME), Umberto Mattei (MME) e Elvino Mendonça (MF).

Foi realizada uma apresentação geral sobre a iniciativa Combustível Brasil e, sobre o subcomitê de tributação, com os temas a serem tratados (respectivamente as propostas 32, 29, 30, 28, 31). Ao apresentar as propostas, foi comentado que outros agentes (um de biodiesel e outro de etanol) procuraram o subcomitê com a possibilidade de apresentar outros temas.

Como a primeira proposta trata de GLP, foram apresentados alguns números, tais como venda, preços e demanda por tipo de vasilhame, para uniformizar o entendimento do setor.

Explicando um pouco mais a primeira proposta, foi dito que os agentes solicitam maior uniformidade no cálculo do ICMS do GLP oriundo do gás natural, pois Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba e Roraima não seguem protocolo do Confaz, deixando o produto sujeito a novo recolhimento do tributo ao circular nessas UFs.

Salientou-se a importância de um levantamento quantitativo do impacto às Unidades Federativas, para que a discussão possa evoluir. Em seguida, foi apresentado, para críticas e sugestões, o modelo de questionário a ser encaminhado aos agentes.

Destacou-se que essa proposta se faz ainda mais relevante, pois, em projeções da EPE, o GLP oriundo de UPGN ganha destaque, já que se projeta um aumento significativo no consumo de gás natural para os próximos 10 anos, com conseqüente aumento na produção de GLP.

Foi comentado que, antigamente, havia a necessidade de mudanças de entendimento quanto à tributação de ICMS no transporte de gás natural. Como grande interessada no caso, a Petrobras atuou fortemente junto ao Confaz para unificar o entendimento, mas isso levou cerca de dois anos. Destacou-se a necessidade do engajamento dos agentes nos estudos de suporte e no convencimento das UFs que não assinaram o protocolo do Confaz.

Diante da proposta de *workshop*, avaliou-se que este pode se mostrar vazio, uma vez que todos os agentes devem ter posição única, exceto as quatro UFs que não assinaram o protocolo do Confaz.

Próximos passos:

- ANP ficou responsável por realizar levantamento dos preços de GLP;
- Verificar a possibilidade de realizar apresentação em reunião do Confaz;
- A EPE enviará a apresentação feita e os documentos levantados sobre o tema para os membros do subcomitê.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2017.